

PLOA 2027

Orçamento Cidadão

Projeto de Lei Orçamentária Anual 2027



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO



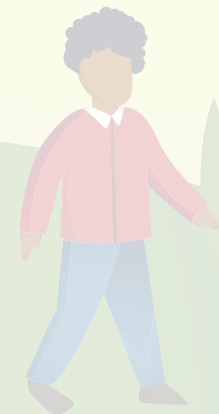
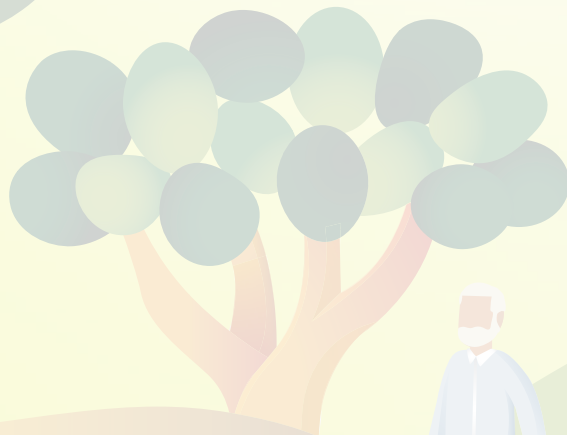
República
Federativa
do Brasil



PLOA 2027

Orçamento Cidadão

Projeto de Lei Orçamentária Anual 2027



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO



Ficha técnica

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO*

Ministro do Planejamento e Orçamento

Bruno Moretti

Secretário-Executivo

Guilherme Santos Mello

Secretário-Executivo Adjunto

Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

Secretária Nacional de Planejamento

Tatiana Lemos Sandim

Secretário de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

Antônio Negromonte Nascimento Junior

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas

Públicas e Assuntos Econômicos

Otávio Augusto Ferreira Ventura

Secretário de Articulação Institucional

Wagner Artur de Oliveira Cabral

Secretário de Orçamento Federal

Clayton Luiz Montes

Diretor de Programa

Victor Reis de Abreu Cavalcanti

Subsecretário de Programas de Infraestrutura

Zarak de Oliveira Ferreira

Subsecretário de Programas Sociais

Girley Vieira Damasceno

Subsecretária de Programas das Áreas

Econômicas e Especiais

Michelle Feversani Prolo

Subsecretário de Gestão Orçamentária

Gláucio Rafael da Rocha Charão

Subsecretária de Assuntos Fiscais

Ana Beatriz Sabbag Cunha

Subsecretária de Pessoal e Sentenças

Mychelle Celeste Rabelo de Sá

Subsecretário de Tecnologia e Desenvolvimento

Institucional

Felipe Cesar Araújo da Silva

Subsecretaria de Temas Transversais

Subsecretária de Temas Transversais

Elaine de Melo Xavier

Coordenadora-Geral de Avaliação e Temas Transversais

Samantha Lemos Turte-Cavadinha

Coordenador de Avaliação e Acompanhamento

Orçamentário

Marcelo Augusto Prudente Lima

Coordenador-Geral de Revisão de Gastos e

Investimentos Plurianuais

Eduardo Rodrigues da Silva

Equipe Técnica

Maria Alice Pasdiora

Colaboração

Secretaria Executiva – MPO

Subsecretarias e Coordenações da SOF

Secretaria de Política Econômica – SPE/MF

Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas

Estatais – SEST/MGI

Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF

Assessoria de Comunicação – ASCOM/MPO

Assessoria de Participação Social e Diversidade – MPO

**Estrutura vigente em 31 de agosto de 2026.*

Design

Secretária Executiva

Ministério do Planejamento e Orçamento

Viviane Barros – Designer Sênior Coordenadora

Pati Reis – Designer Sênior

Douglas Saymom – Designer Junior

Manu Queiros – Estagiária de Design

Projeto Gráfico e Diagramação

Viviane Barros, Patrícia Reis, Douglas Saymon

Ilustrações

Manu Queiros e Douglas Saymon

Assessoria Especial de Comunicação Social

Rafael Wandratsch Urban

Marcílio Silva Souza

Natália Oliveira de Almeida

Telefone: (61) 2020-4217

E-mail: imprensa.mpo@planejamento.gov.br

Informações

E-mail: setra.sof@planejamento.gov.br

Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/ploa2027>

Última alteração: 31 de agosto de 2026.

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Ministério do Planejamento e Orçamento

gov.br/planejamento

Siga nossas redes sociais

 [@MinPlanejamento](https://twitter.com/MinPlanejamento)

 [@planejamentoeorcamento](https://www.instagram.com/planejamentoeorcamento)

Ministério do Planejamento e Orçamento

Secretaria de Orçamento Federal (SOF)

SEPN 516, Bloco "D", Lote 08

70770-724 – Brasília/DF

Telefone: +55 61 2020-2000

Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Orçamento cidadão : PLOA 2027 : Projeto de Lei Orçamentária Anual 2027 / Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria de Orçamento Federal. -- Brasília : Secretaria de Orçamento Federal/MPO, 2026.
43 p. : il.

1. Orçamento público - Brasil - 2027. 2. Orçamento participativo. 3. Receita pública. 4. Despesa pública. 5. Investimento público. 6. Transparência orçamentária. 7. Gestão pública. I. Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento.

CDU - 336.14:354"2027"

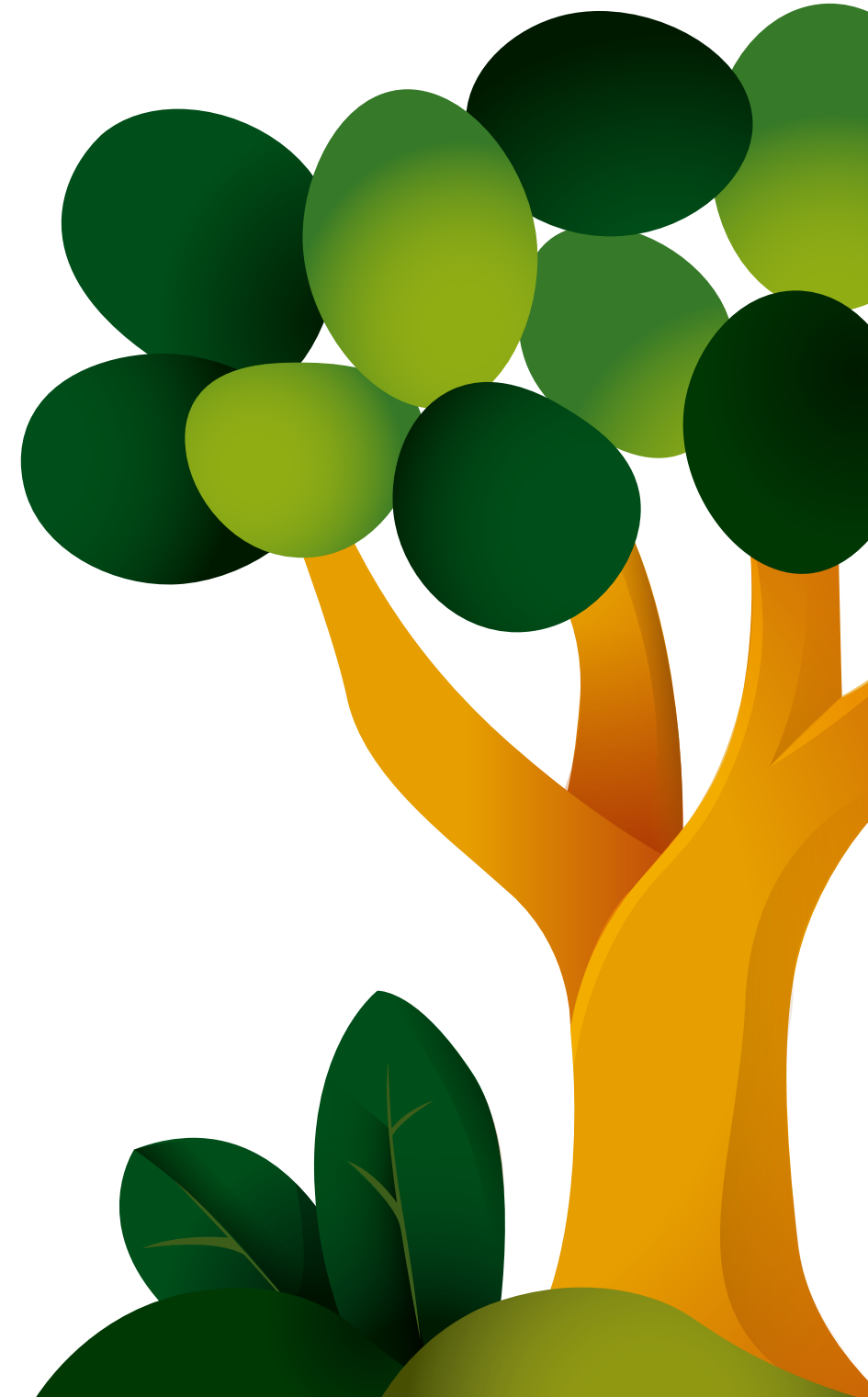
Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Brasília - DF

Sumário

1.	Como funciona o processo orçamentário	8
2.	Receitas	13
3.	Despesas	15
4.	Regime Fiscal Sustentável	17
5.	Projeções Macroeconômicas para 2027	18
6.	Marco Orçamentário de Médio Prazo	19
7.	Orçamento por Esfera	20
8.	Orçamento por Poder	21
9.	Orçamento por Órgãos	22
10.	Prioridades	23
11.	Agendas Transversais	35



Apresentação

O Orçamento Cidadão apresenta à sociedade, de maneira descomplicada, os documentos que integram o processo orçamentário anual.

Desde 2010, a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento – SOF/ MPO publica o Orçamento Cidadão relativo à proposta de orçamento enviada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional: o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA.

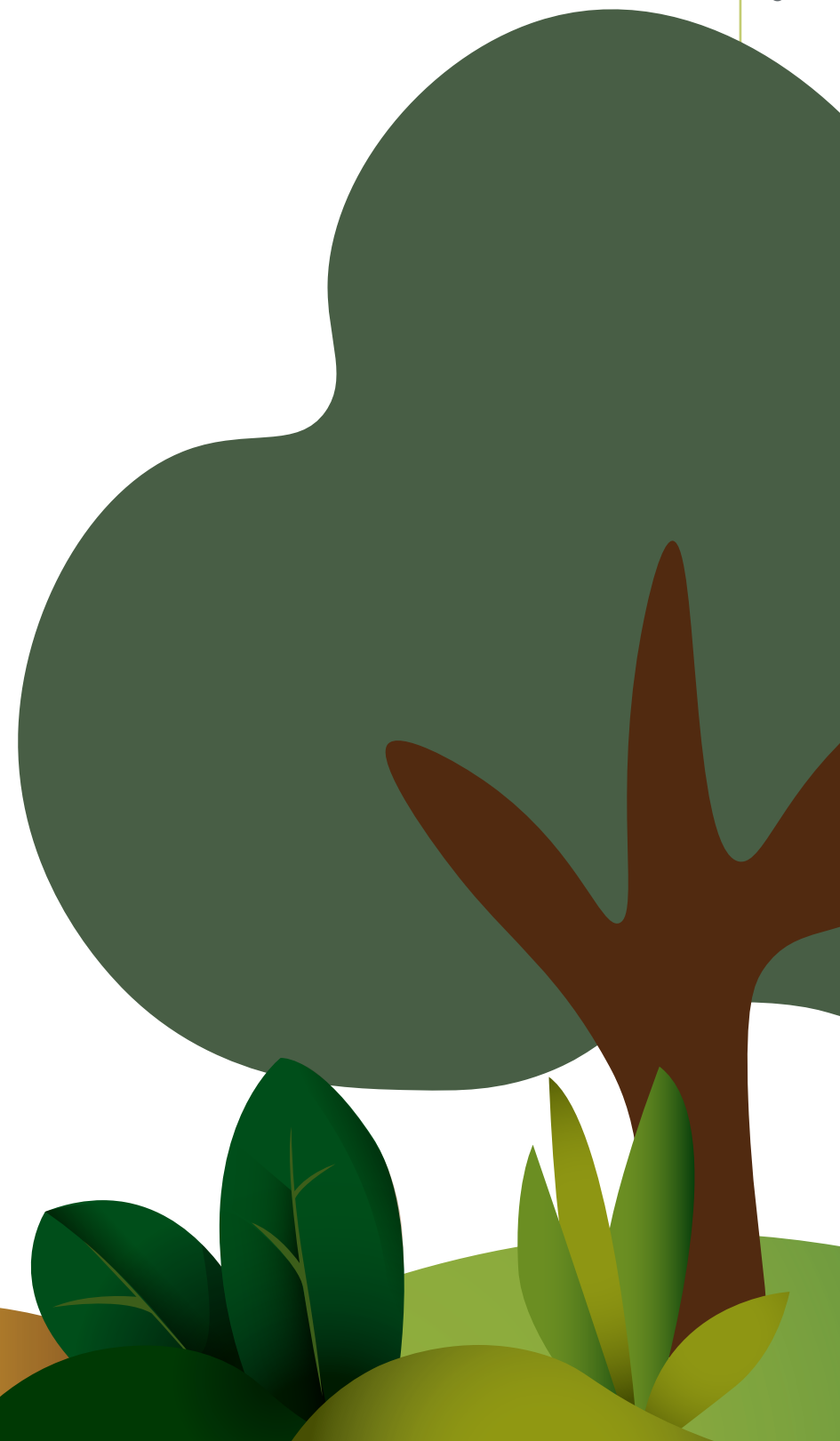
A partir de 2023, a SOF passou a publicar o Orçamento Cidadão relativo ao orçamento aprovado pelo Poder Legislativo e sancionado pelo Presidente da República: a Lei Orçamentária Anual – LOA. Já em 2026, foi publicado o Orçamento Cidadão referente ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO. Com isso, cumprimos a obrigação estabelecida no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101, de 2000) de divulgar a versão simplificada das leis orçamentárias.

A cada ano, trabalhamos em inovações que permitem às cidadãs e aos cidadãos de todo o país compreender e acompanhar como os recursos arrecadados pelo Estado estão sendo aplicados. Esse compromisso foi reconhecido pela Open Budget Survey 2025, pesquisa realizada pelo International Budget Partnership (IBP), que considerou o Brasil o 1º colocado no ranking mundial de transparência orçamentária. Essa é a principal avaliação internacional sobre transparência, participação pública e fiscalização dos orçamentos públicos.

Além do Orçamento Cidadão, os dados referentes ao PLOA 2027 podem ser explorados na Versão Cidadã do [Orçamento em Números](#). Trata-se de um painel interativo que permite uma visão dos principais dados e informações do PLOA. É a transparência orçamentária a um clique de distância!

Clayton Montes

Secretário de Orçamento Federal



Conheça mais!

O que é Orçamento Público?

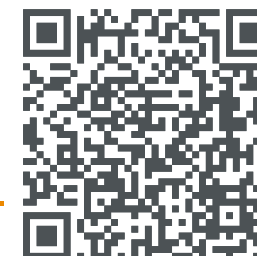
Instrumento pelo qual o governo estima as receitas que serão arrecadadas ao longo do ano seguinte e, com base nelas, fixa um montante de recursos a ser gasto na oferta de bens e serviços à sociedade. Ao apresentar receitas e despesas de forma organizada, o orçamento público torna-se um importante instrumento de controle social das ações governamentais.

O que é Transparência Orçamentária?

Conjunto de iniciativas e práticas que têm como principal objetivo tornar disponíveis, de maneira oportuna, clara, compreensível e sistemática, as informações orçamentárias relevantes a todas as pessoas interessadas em finanças públicas. O Orçamento Cidadão atende aos princípios constitucionais de publicidade e clareza, bem como à obrigação da transparência na gestão fiscal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101, de 2000).

PLOA 2027

Orçamento em números



Projeto de Lei Orçamentária Anual 2027

<https://www.gov.br/planejamento/ploanumeros2027>

Conheça mais sobre LDO e LOA



Orçamento Público

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento>

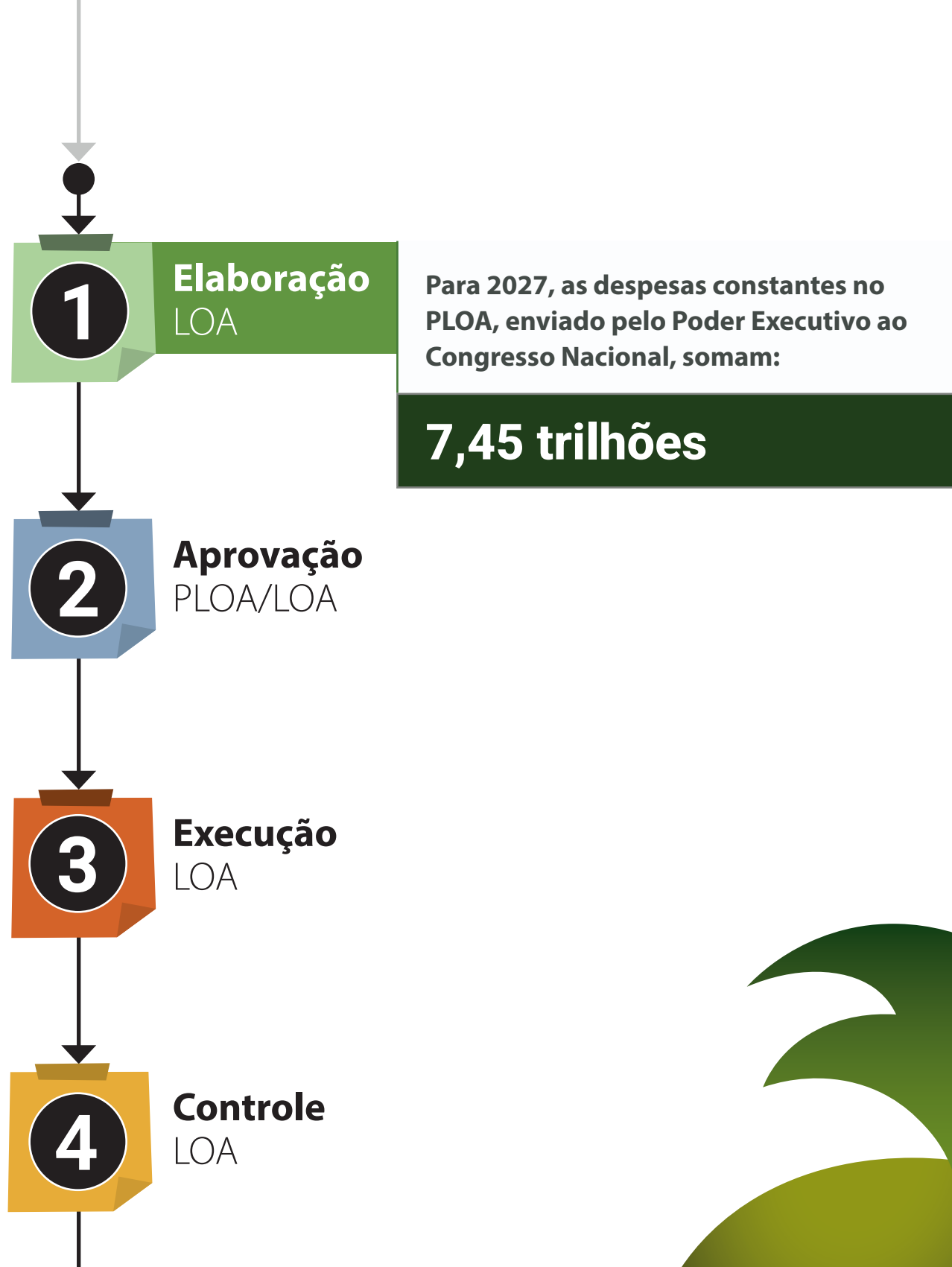
Orçamento Cidadão

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento-cidadao>

Painel do Orçamento Federal

https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opensdoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Como funciona o processo orçamentário no Governo Federal?





- A cada ano, o Poder Executivo elabora o PLOA para o ano seguinte, levando em consideração as orientações dadas por outros dois instrumentos: o **Plano Plurianual – PPA** e a **Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO**.
- O processo de elaboração do PLOA é coordenado pela SOF e se desenvolve no âmbito do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal.
- O PLOA é enviado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional até 31 de agosto de cada ano.

O que é PPA?

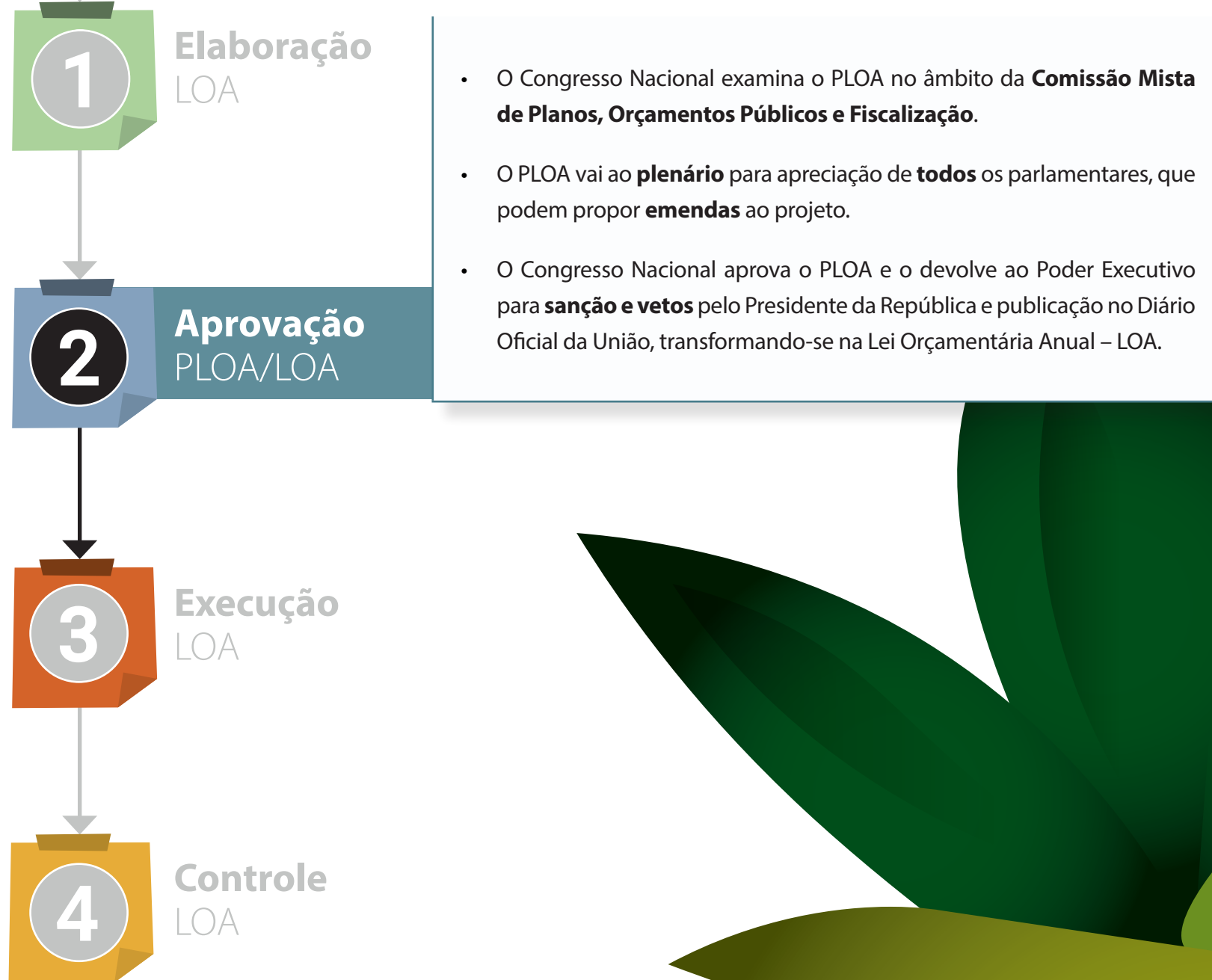


Plano que define, de forma regionalizada, diretrizes, **objetivos e metas** para um período de quatro anos a partir do segundo ano de governo de cada Presidente da República. O PPA atual tem vigência do início de 2024 a 2027.

O que é LDO?

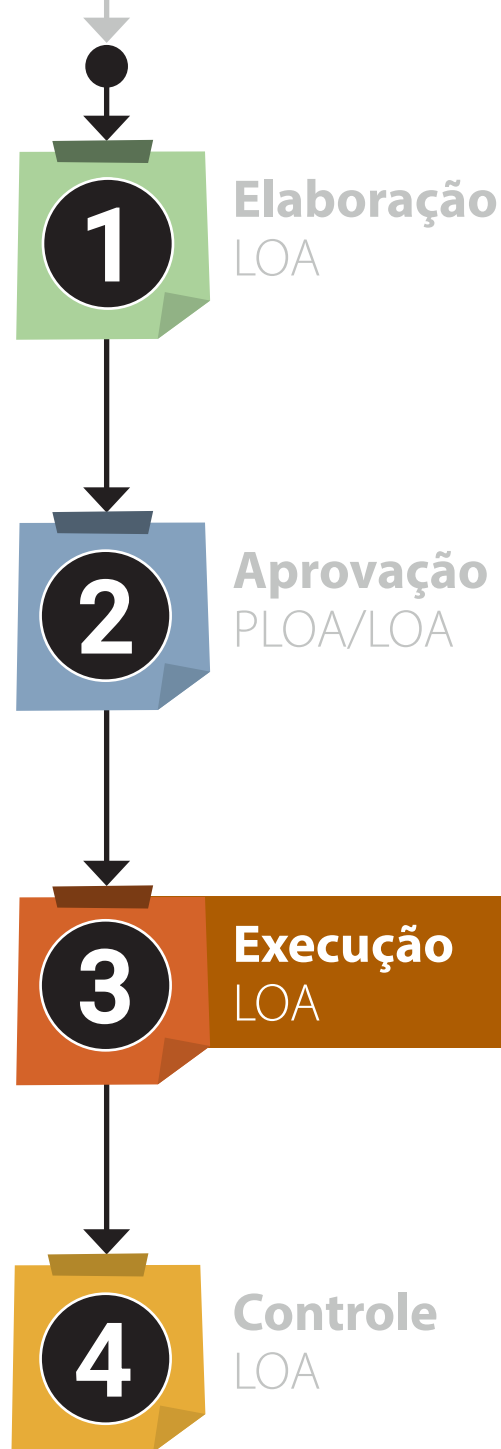


Lei que define **metas e prioridades** para a administração pública federal, estabelece diretrizes de política fiscal e respectivas metas e orienta a elaboração da LOA. A LDO também trata das alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.



O que são Emendas Parlamentares ao PLOA?

As emendas parlamentares são as alterações que Deputados Federais e Senadores da República fazem no PLOA. A emenda pode modificar a previsão de receita, a destinação ou valor do gasto.



- Publicada a LOA, os órgãos federais estão aptos a utilizar os recursos para arcar com os bens e serviços a serem entregues à sociedade, isto é, começam a executar as **despesas previstas** no Orçamento Público.
- Ao longo da execução do orçamento, receitas e despesas são revistas de dois em dois meses, gerando Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias.
- Caso haja arrecadação menor que a esperada, por exemplo, as despesas devem ser ajustadas por meio do chamado **contingenciamento**, de modo a garantir o cumprimento da meta fiscal. Se a previsão de despesas primárias superar o espaço de limite de gastos, se faz necessário o **bloqueio** de despesas para garantir o atendimento do arcabouço fiscal.
- Além disso, caso sejam necessários mais recursos, respeitando a meta fiscal, a LOA pode ser alterada por meio da aprovação de créditos **adicionais**.

Tipos de créditos adicionais no Orçamento Público

Créditos Suplementares

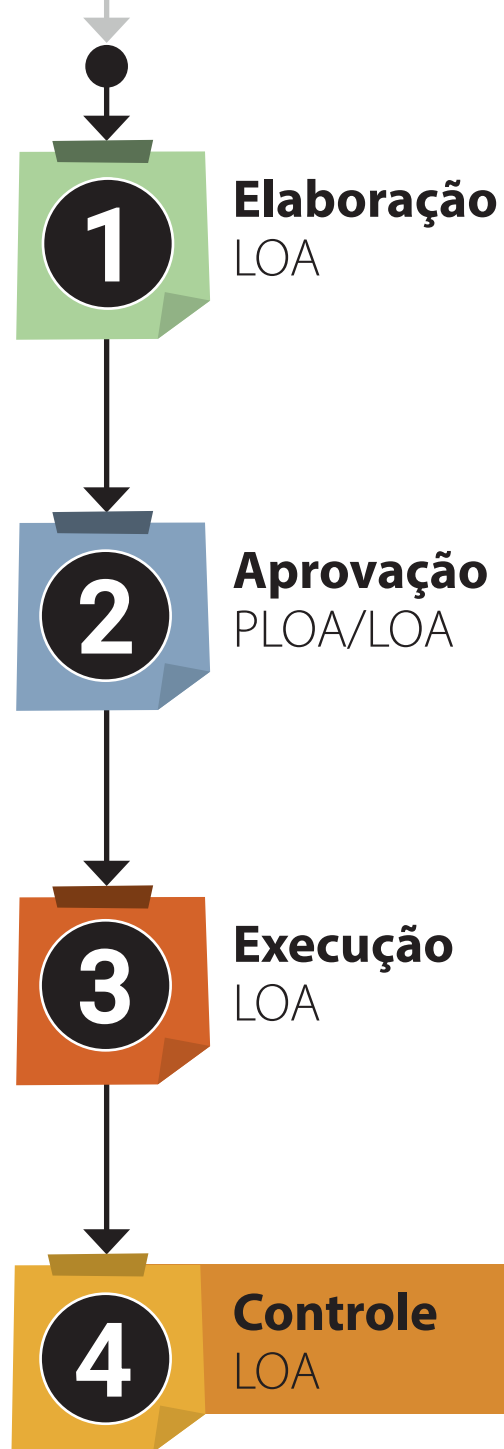
Aumentam os valores aprovados na LOA para determinada despesa, quando tais valores são considerados insuficientes.

Créditos Especiais

Incluem na LOA despesas que não haviam sido especificamente previstas.

Créditos Extraordinários

Atendem a despesas urgentes e imprevisíveis, decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Um exemplo foi a alteração da LOA 2026 para instituir, em caráter emergencial, subvenção à comercialização de óleo diesel rodoviário, visando mitigar os efeitos econômicos e sociais da elevação do preço do petróleo decorrente do conflito no Oriente Médio.



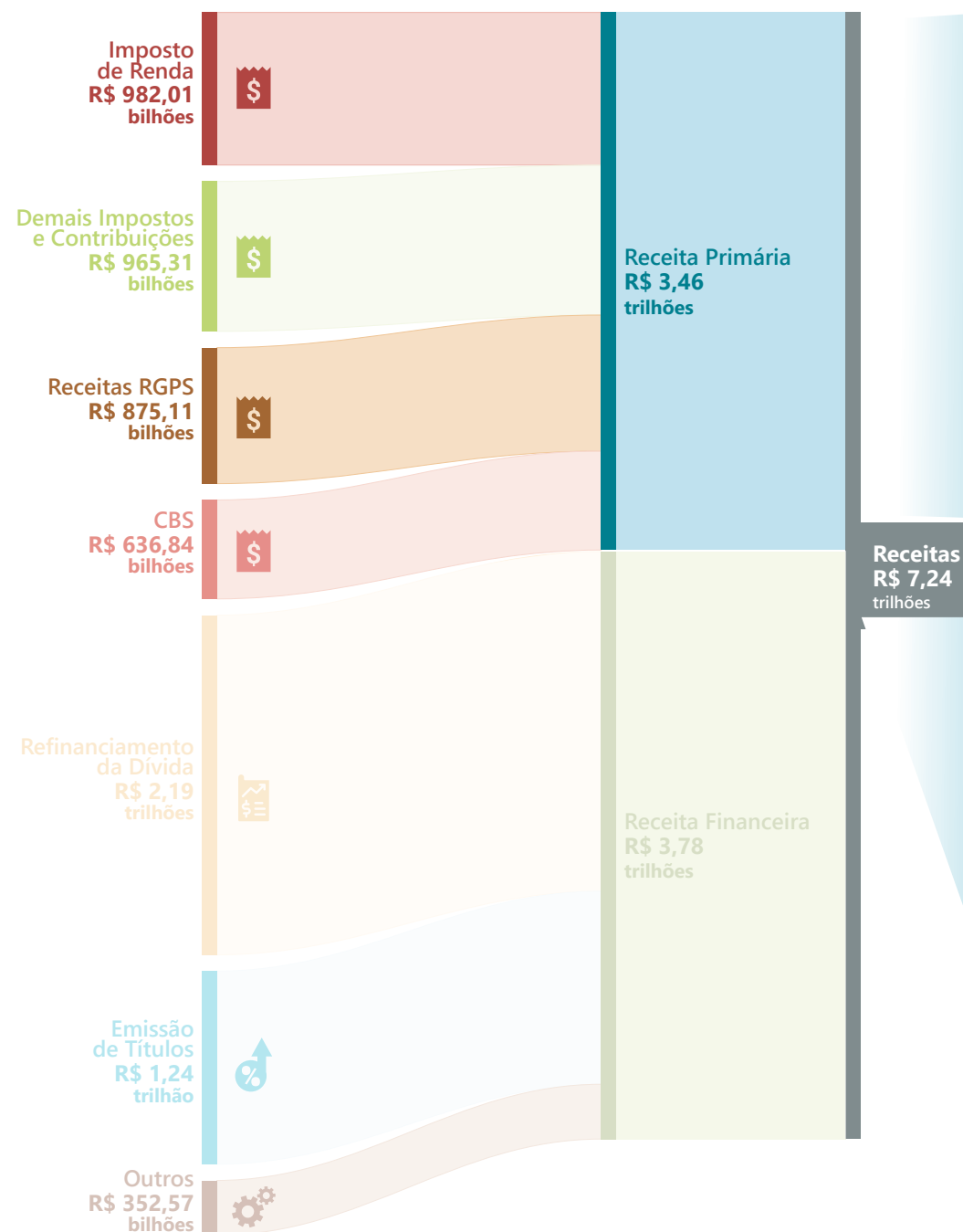
- O controle sobre a execução da LOA é feito, internamente ao Poder Executivo, pela **Controladoria-Geral da União (CGU)**, e, externamente, pelo Congresso Nacional com auxílio do **Tribunal de Contas da União (TCU)**.
- De acordo com a Constituição Federal, o Presidente da República precisa, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, prestar contas referentes ao exercício anterior ao Congresso Nacional.
- A CGU coordena a elaboração da **Prestação de Contas do Presidente da República**. O TCU, em seguida, deve apreciá-la, emitindo um parecer prévio. Por fim, cabe ao Congresso Nacional, titular do controle externo, “aprovar ou rejeitar” as contas do Presidente.

Receitas

As receitas do Governo Federal podem ser classificadas em **primárias e financeiras**

No PLOA de 2027, a previsão é que o Governo Federal arrecade R\$ 3,46 trilhões de receitas primárias. Desse valor, 28,39% vêm do Imposto de Renda, 25,30% vêm de receitas do RGPS, 18,41% vêm da Contribuição sobre Bens e Serviços e 27,91% das demais receitas primárias.

Figura 1
Distribuição receita primária e financeira



O que é Receita Primária?

É aquela decorrente da atividade de arrecadação fiscal ou gerada a partir do patrimônio do Governo Federal. Exemplos:

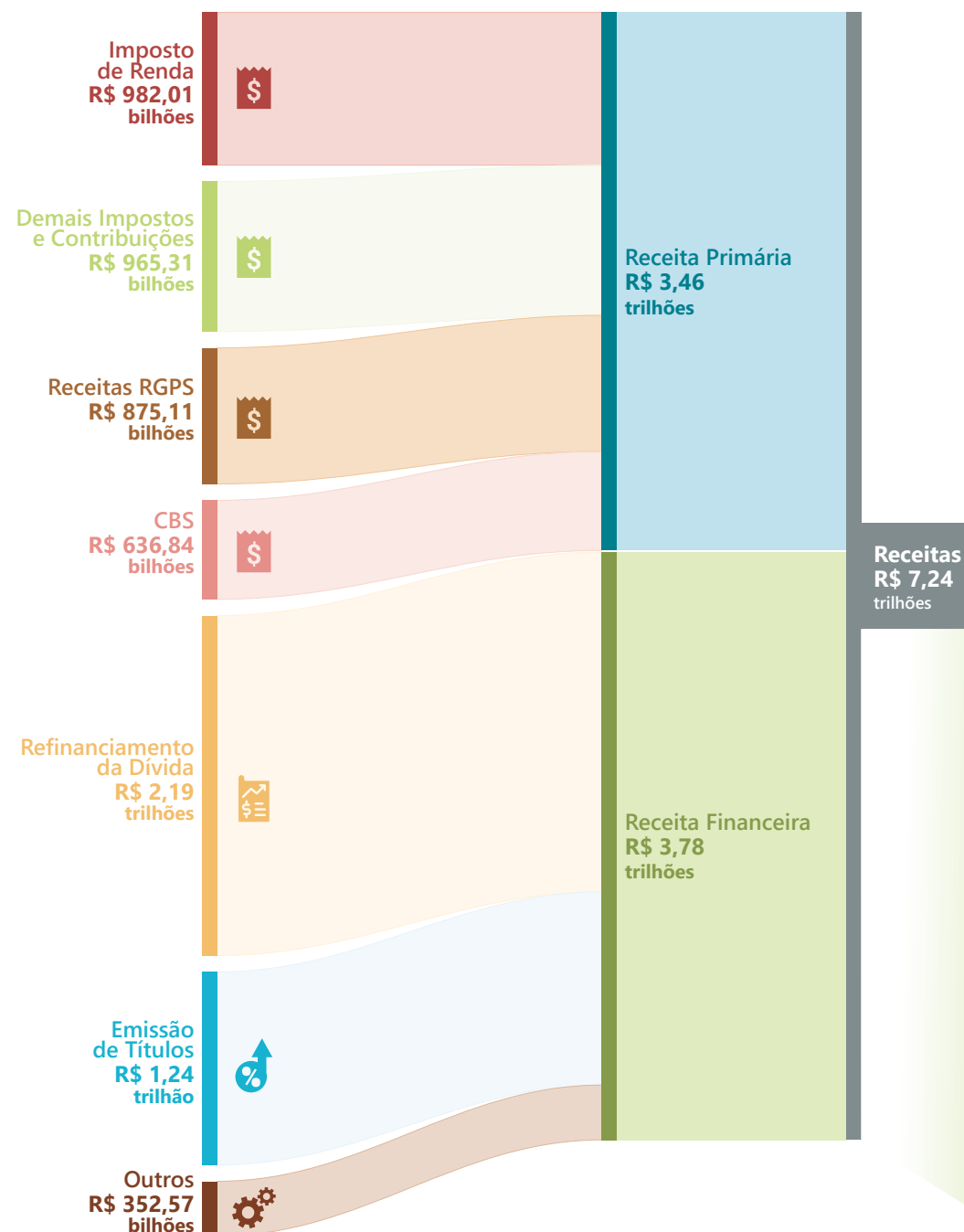
- impostos, como o Imposto de Renda de Pessoa Física – IRPF e Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ;
- contribuições sociais, como a Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS;
- contribuição dos segurados para o Regime Geral da Previdência Social, as chamadas receitas do RGPS; e
- aluguéis de imóveis públicos federais.

Receitas

As receitas do Governo Federal podem ser classificadas em **primárias e financeiras**

No PLOA de 2027, a previsão é que o Governo Federal arrecade R\$ 3,78 trilhões de receitas financeiras. Desse valor, 57,82% correspondem ao refinanciamento da dívida, 32,85% à emissão de títulos e 9,33% às demais receitas financeiras.

Figura 2
Distribuição receita primária e financeira



O que é Refinanciamento da Dívida?

É a substituição de títulos antigos da dívida por títulos novos, isto é, a contração de um novo empréstimo para pagar uma dívida antiga, popularmente conhecido como “rolagem da dívida”.

O que é Receita Financeira?

É aquela decorrente da realização de empréstimos ou de aplicações financeiras pelo Governo Federal. Exemplos:

- empréstimos tomados para pagar dívidas novas ou antigas; e
- recebimento de juros de recursos públicos aplicados ou da quitação de dívidas por pessoas físicas ou jurídicas.

Despesas

As despesas também podem ser classificadas em **primárias e financeiras**

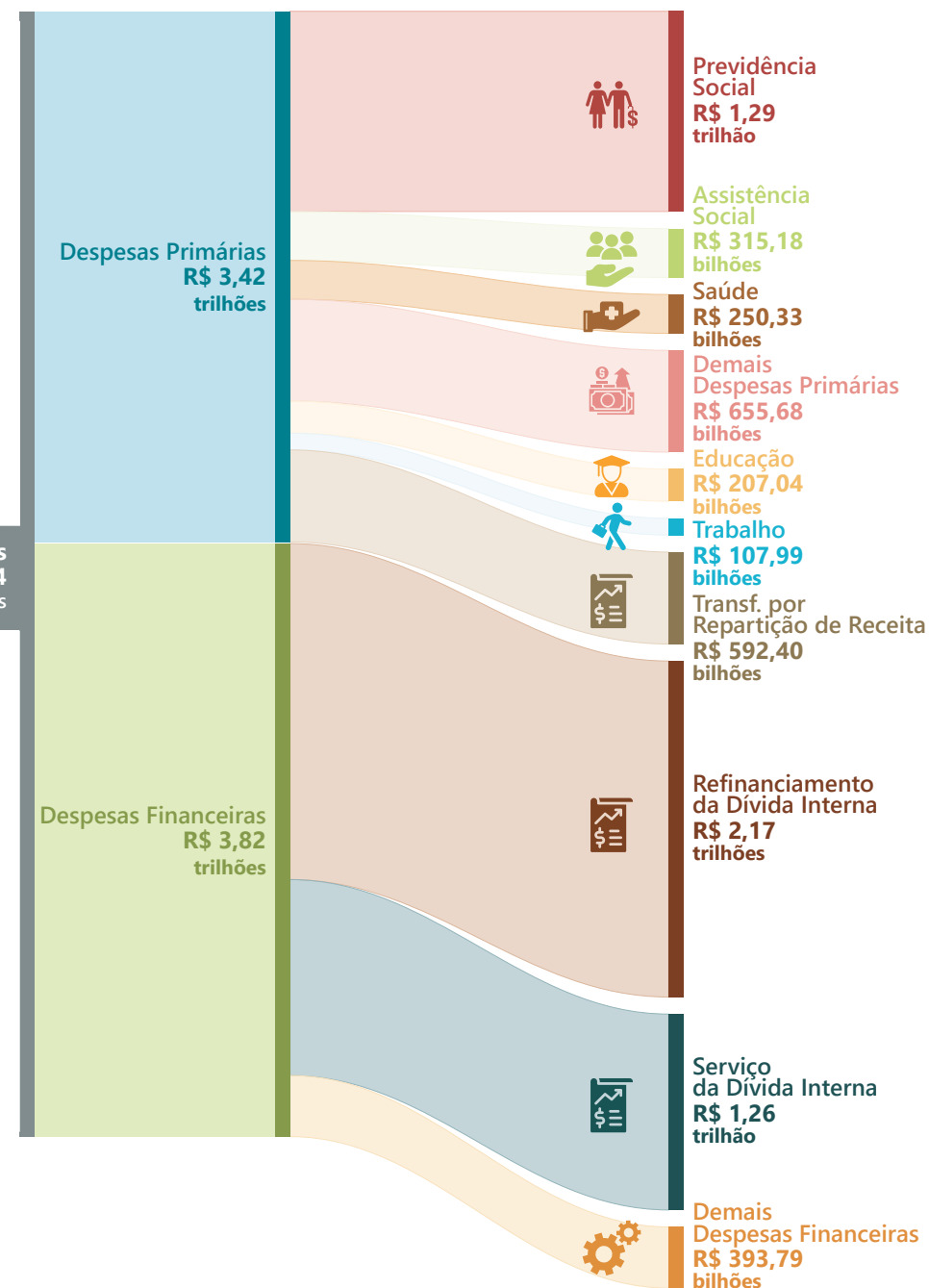
O que é Despesa Primária?

São as despesas destinadas à oferta de bens e serviços públicos para a população, a exemplo dos **gastos com o pagamento das aposentadorias, do Benefício de Prestação Continuada – BPC a pessoas deficientes ou idosas, o funcionamento de hospitais e a construção de escolas públicas, etc.** No PLOA 2027, as despesas primárias somam R\$ 3,42 trilhões, incluídos os valores de Transferências por Repartição de Renda.

O que é Despesa Financeira?

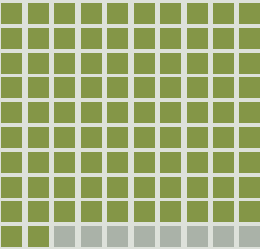
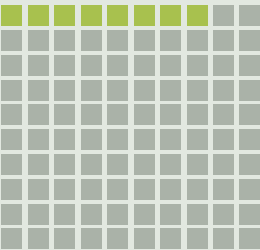
São os gastos destinados ao **pagamento de dívidas contraídas pelo Governo Federal e à concessão de empréstimos a pessoas físicas e jurídicas.** As despesas financeiras não alteram o endividamento do setor público porque, quando são executadas, geram direitos ou extinguem obrigações. No PLOA 2027, as despesas financeiras representam 52,5% do total das despesas do Orçamento União, perfazendo R\$ 3,82 trilhões.

Figura 3
Distribuição de despesas primárias e financeiras por função



Tipos de despesas primárias

As despesas primárias, que no PLOA 2027 representam 47,20% das despesas da União, podem ser classificadas em obrigatórias e discricionárias.

Obrigatórias	Do total das despesas primárias 92% são despesas obrigatórias 	Gastos determinados pela Constituição Federal e pelas leis aprovadas pelo Congresso Nacional. Alguns dos principais conjuntos de despesas obrigatórias no PLOA 2027 são:	Benefícios da Previdência Social	R\$ 1,22 trilhão	Pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios
			Transferências Constitucionais e Legais	R\$ 610,59 bilhões	Valores que o Governo Federal é obrigado a repassar a estados e municípios, de acordo com o que está previsto na Constituição Federal
			Gastos com Pessoal	R\$ 474,08 bilhões	Incluem salários, vencimentos, aposentadorias e pensões de servidores públicos
Discricionárias	Do total das despesas primárias 8% são despesas discricionárias 	Gastos que o Governo Federal pode propor quando fazer e em que montante, sem obrigatoriedade estabelecida em lei ou na Constituição Federal	No processo de elaboração do orçamento, as prioridades governamentais direcionam a alocação das despesas discricionárias, após análise minuciosa. Elas podem envolver, entre outros, investimentos em infraestrutura, em pesquisas científicas e em programas sociais		

Regime Fiscal Sustentável

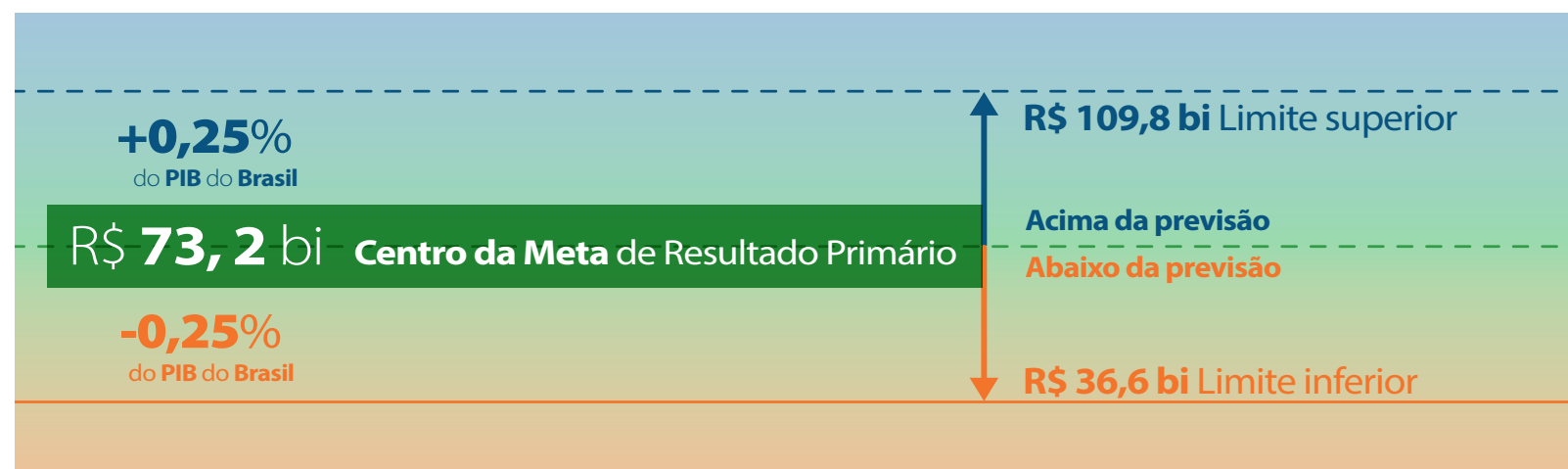


Figura 4
Metas de
Resultado
Primário

O PLOA de 2027 considerou o Regime Fiscal Sustentável (Lei Complementar nº 200/2023) que tem dois principais objetivos: assegurar o equilíbrio das contas públicas e promover as condições necessárias para o crescimento socioeconômico do País.

A base do Regime Fiscal Sustentável é garantir uma trajetória consistente para o resultado primário, que é a diferença entre as receitas e as despesas do governo, sem contar as receitas financeiras e os gastos com a dívida pública. Se as receitas superam as despesas, temos um superávit primário; se as despesas superam as receitas, temos um déficit primário.

Segundo o Regime Fiscal Sustentável, as metas para o resultado primário podem variar em até 0,25% do Produto Interno Bruto - PIB para mais ou para menos durante a execução do orçamento. Além disso, as despesas podem crescer de 0,6% a 2,5% acima da inflação, permitindo ajustes no orçamento conforme as mudanças socioeconômicas.



O Regime Fiscal Sustentável garante também um gasto mínimo com investimentos públicos. Todo ano, o PLOA e sua respectiva Lei deverão atender ao Piso de Investimentos que não será inferior ao montante correspondente à 0,6% do PIB estimado no respectivo PLOA. O Regime Fiscal Sustentável também prevê aumento dos recursos para investimentos se o superávit primário for maior que 0,25% da meta. Para o PLOA 2027, o valor alocado para o cumprimento do Piso de Investimentos é de R\$ 133,79 bilhões, dos quais 65% (R\$ 86,92 bilhões) estão destinados ao novo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Projeções Macroeconômicas para 2027

Como o PLOA de um determinado ano é elaborado no ano anterior, é necessário projetar quanto será arrecadado. Essa projeção é feita com base em indicadores econômicos.

Tais indicadores são primeiramente apresentados no PLDO, enviado ao Congresso Nacional até 15 de abril de cada ano, e atualizados no PLOA.

Salário mínimo

R\$ 1.741,00

É o menor valor que um(a) empregador(a) pode pagar a um(a) trabalhador(a), a fim de cobrir despesas essenciais, como alimentação, moradia e vestuário. No PLOA, o valor projetado levou em conta o salário mínimo vigente, a inflação e o crescimento do PIB, conforme estabelece a política de valorização do salário-mínimo.

Inflação

3,60%

É o aumento geral dos preços de bens e serviços na economia. O principal índice de inflação utilizado no PLOA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulado.

PIB

2,46%

É uma forma de medir a riqueza de um país. Corresponde à soma dos valores de todos os bens e serviços produzidos pelo país em um ano. No PLOA, utiliza-se estimativa da taxa de crescimento real do PIB.

Câmbio

R\$ 5,22

Taxa de câmbio é o valor da moeda de um país em relação ao valor da moeda de outro país. No PLOA é utilizada a taxa de câmbio média prevista para o dólar, em relação ao nosso real.

Juros

12,53%

É a remuneração do dinheiro emprestado. No empréstimo entre bancos, é o Banco Central que decide a taxa de juros de referência, a taxa SELIC. A SELIC influencia diretamente outras taxas de juros, por isso é a taxa básica de juros da economia brasileira. O PLOA utiliza a estimativa da SELIC para o próximo ano.

Marco Orçamentário de Médio Prazo

O PLOA 2027 apresenta o valor das despesas para 2027 e suas previsões indicativas para 2028, 2029 e 2030, incluídas no Marco Orçamentário de Médio Prazo. Neste ciclo, essas previsões correspondem à Linha de Base da Despesa, que reflete, o custo futuro estimado para manter as políticas públicas no nível de atuação previsto para 2027.

O que é Orçamentação de Médio Prazo



A orçamentação de médio prazo é uma abordagem moderna de elaboração do orçamento público que amplia o horizonte alocativo para além do período anual considerado tradicionalmente na proposta orçamentária. Isso permite compreender melhor as consequências futuras de decisões tomadas no presente e estimula o planejamento e a priorização de despesas pelos órgãos, contribuindo para maior controle da trajetória dos gastos e para a sustentabilidade dos indicadores fiscais.

O PLOA 2027 aplica a orçamentação de médio prazo ao conjunto de despesas previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo todos os Poderes da República. Em termos legais, a orçamentação de médio prazo observa o disposto no § 14 do art. 165 da Constituição Federal e no art. 5º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 2000).

A fixação da despesa nos Orçamentos da União, contudo, continuará observando o princípio da anualidade, tendo em vista que as previsões apresentadas no Marco Orçamentário de Médio Prazo, que neste ciclo correspondem à Linha de Base da Despesa, possuem caráter indicativo e não vinculam a elaboração dos orçamentos de exercícios posteriores.

Despesa	PLOA 2027 em reais	Previsão 2028 em reais	Previsão 2029 em reais	Previsão 2030 em reais
Despesas Financeiras	R\$ 3,79 trilhões	R\$ 3,26 trilhões	R\$ 4,19 trilhões	R\$ 4,36 trilhões
Despesas Primárias Discrecionárias	R\$ 283,21 bilhões	R\$ 287,98 bilhões	R\$ 293,92 bilhões	R\$ 305,86 bilhões
Despesas Primárias Obrigatórias	R\$ 3,14 trilhões	R\$ 3,37 trilhões	R\$ 3,59 trilhões	R\$ 3,82 trilhões

Perímetro: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, todos os Poderes. Exceto reservas de contingência à conta de receitas próprias e vinculadas ou referentes à LC nº 235/2026.

Fonte: PLOA-2027. Elaboração: SOF/MPO

Orçamento por Esfera

A Constituição Federal de 1988 organiza os Orçamentos da União em três esferas a fim de classificar as despesas e receitas públicas de acordo com sua natureza e finalidade. Essas três esferas são reproduzidas no PLOA e LOA.

Orçamento Fiscal

R\$ 5,12 trilhões

O Orçamento Fiscal compreende as receitas arrecadadas e os recursos alocados aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excluindo-se as dotações destinadas à seguridade social e as relativas aos investimentos das empresas estatais não dependentes.

Orçamento da Seguridade Social

R\$ 2,12 trilhões

O Orçamento da Seguridade Social abrange as receitas destinadas por lei, as contribuições sociais instituídas para financiamento da seguridade social, as receitas de todos órgãos, entidades, fundos e fundações vinculados à seguridade social ou caracterizadas como originárias de serviço de saúde, bem como os recursos alocados às ações de saúde, previdência e assistência social das entidades e órgãos da administração direta ou indireta, fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Orçamento de Investimento das Estatais

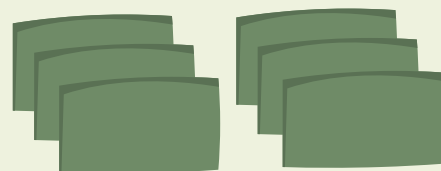
R\$ 209,25 bilhões

O Orçamento de Investimento de Empresa Estatal compreende parte das receitas próprias da empresa e recursos alocados pela União para investimentos das empresas em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto e que não necessitam de recursos fiscais para manter ou ampliar suas atividades. É o caso de Petrobras, Caixa Econômica Federal, entre outras.



Orçamento por Poder

O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social estabelece um montante de recursos para cada Poder da República:



Executivo

R\$ 7,13 trilhões



Legislativo

R\$ 20,82 bilhões



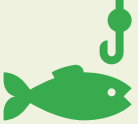
**Judiciário,
MPU e DPU**

R\$ 92,54 bilhões

O montante específico para o Ministério Público da União (MPU) é de R\$ 11,55 bilhões e para a Defensoria Pública da União (DPU) é de R\$ 957,99 milhões

Orçamento por Órgãos

É possível verificar a distribuição dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Órgão da Administração Pública Federal

 R\$ 1,24 trilhão Ministério da Previdência Social	 R\$ 324,29 bilhões Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	 R\$ 287,87 bilhões Ministério da Saúde	 R\$ 246,32 bilhões Ministério da Educação	 R\$ 149,68 bilhões Ministério do Trabalho e Emprego	 R\$ 147,68 bilhões Ministério da Defesa	 R\$ 27,52 bilhões Ministério da Justiça e Segurança Pública
 R\$ 21,35 bilhões Ministério da Fazenda	 R\$ 19,36 bilhões Ministério dos Transportes	 R\$ 15,90 bilhões Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	 R\$ 15,65 bilhões Ministério das Cidades	 R\$ 12,35 bilhões Ministério da Agricultura e Pecuária	 R\$ 8,58 bilhões Ministério das Comunicações	 R\$ 8,07 bilhões Ministério de Minas e Energia
 R\$ 7,54 bilhões Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	 R\$ 7,11 bilhões Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	 R\$ 6,44 bilhões Ministério do Planejamento e Orçamento	 R\$ 5,97 bilhões Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	 R\$ 5,71 bilhões Advocacia-Geral da União	 R\$ 5,55 bilhões Ministério das Relações Exteriores	 R\$ 5,08 bilhões Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
 R\$ 4,92 bilhões Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	 R\$ 4,40 bilhões Presidência da República	 R\$ 4,02 bilhões Ministério da Cultura	 R\$ 3,18 bilhões Ministério de Portos e Aeroportos	 R\$ 2,26 bilhões Ministério do Turismo	 R\$ 1,76 bilhão Controladoria-Geral da União	 R\$ 1,70 bilhão Ministério do Esporte
 R\$ 1,64 bilhão Ministério dos Povos Indígenas	 R\$ 553,66 milhões Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	 R\$ 375,19 milhões Ministério da Pesca e Aquicultura	 R\$ 348,43 milhões Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	 R\$ 313,90 milhões Ministério das Mulheres	 R\$ 186,39 milhões Ministério da Igualdade Racial	 R\$ 16,32 milhões Gabinete da Vice-Presidência da República



Prioridades



Quais são as prioridades para o PLOA de 2027?

Segundo a Constituição Federal, a LDO deve trazer as metas e prioridades da administração pública federal, alinhadas às diretrizes, objetivos e metas definidos no PPA.

Assim, as prioridades e metas estabelecidas no PLDO 2027 abrangem o Novo PAC e 46 objetivos específicos e metas dos programas do PPA 2024-2027, selecionados no âmbito das seis prioridades definidas no Plano.

Os valores que contribuem para o atendimento dessas prioridades e metas no PLOA 2027 são apresentados a seguir. Destaca-se que o Novo PAC continuará sendo acompanhado em sua integralidade, de modo que o valor apresentado corresponde ao total do programa no PLOA 2027.





Combate à Fome e Redução das Desigualdades

R\$ 183,34 bilhões

Previsões indicativas de continuidade

2028	R\$ 180,54 bilhões
2029	R\$ 180,32 bilhões
2030	R\$ 180,49 bilhões

Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA	PLOA 2027 (em reais)
Ampliar o acesso do produtor rural aos instrumentos de mitigação de riscos climáticos	Número de produtores beneficiados pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)	75.600 produtores atendidos	R\$ 1,20 bilhão
Ampliar o acesso do produtor ao Crédito Rural	Índice de difusão de acesso ao crédito rural controlado	50%	R\$ 11,21 bilhões
Aperfeiçoar o crédito rural, com foco na produção de alimentos, agroecologia e sociobiodiversidade	Número total de contratos celebrados no âmbito do Pronaf	2.100.000 unidades	R\$ 583,24 milhões
Ampliar o acesso dos agricultores e agricultoras familiares a máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e agroindustriais	Proporção de operações de crédito para compra de máquinas e equipamentos agrícolas em comparação com operações de igual escopo efetuadas em 2023	1,7%	R\$ 6,80 milhões
Promover o acesso a serviços de ATER para agricultores familiares em consonância com os princípios da PNATER e em conformidade com as demandas prioritárias e as políticas estratégicas para Agricultura Familiar, como inclusão produtiva, agroecologia, autonomia econômica e de produção, pecuária familiar e outras	Proporção de agricultores familiares atendidos por assistência técnica e extensão rural em comparação com atendimentos realizados em 2024	1,6%	R\$ 293,04 milhões
Ampliar o desenvolvimento, o acesso, a reaplicação e a apropriação de tecnologias sociais	Número de tecnologias sociais desenvolvidas e implementadas	30 tecnologias	R\$ 9,10 milhões
Promover o desenvolvimento, a produção nacional e a certificação de tecnologias assistivas	Número de Tecnologias Assistivas desenvolvidas	20 unidades	R\$ 2,00 milhões
Contribuir com a redução da pobreza de famílias em situação de vulnerabilidade por meio de transferência direta de renda	Percentual de atendimento das famílias com perfil do PBF (razão entre o número de famílias beneficiárias do PBF e a estimativa de famílias com perfil de permanência do PBF, calculada com base na PNADC)	100%	R\$ 157,09 bilhões

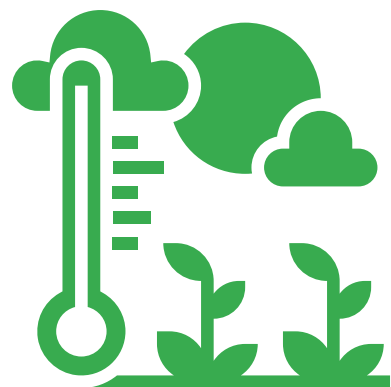




Combate à Fome e Redução das Desigualdades

Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA	PLOA 2027 (em reais)
Manter, qualificar e ampliar os serviços e programas de Proteção Social Básica ofertados às famílias e pessoas em situações de vulnerabilidade social	Percentual de famílias com renda de até ½ salário-mínimo inscritas no Cadastro Único, cobertas por unidades CRAS	73%	R\$ 1,17 bilhão
Fortalecer a capacidade produtiva da Agricultura Familiar para o abastecimento, por meio da promoção de empreendimentos familiares, associativismo e cooperativismo solidários, agroindustrialização e inclusão sanitária, assegurando a participação de povos	Número de Empreendimentos, associações e cooperativas da agricultura familiar apoiados para comercialização de produtos	1.500 unidades	R\$ 60,66 milhões
Contribuir com a redução da pobreza de famílias em situação de vulnerabilidade por meio de transferência direta de renda			R\$ 2,30 milhões





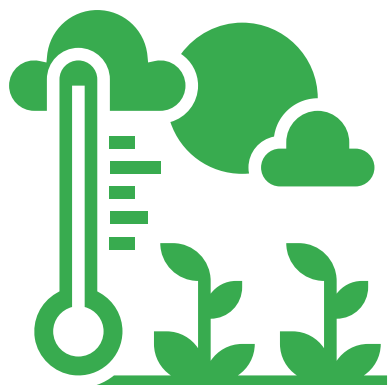
Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

R\$ 2,76 bilhões

Previsões indicativas de continuidade

2028	R\$ 2,98 bilhões
2029	R\$ 3,62 bilhões
2030	R\$ 3,48 bilhões

Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA	PLOA 2027 (em reais)
Melhorar a situação socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais e promover a gestão sustentável dos seus territórios	Número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Verde e outras políticas de fomento a atividades produtivas sustentáveis	100.000 unidades	R\$ 326,20 milhões
Garantir aos povos indígenas o direito às suas terras	Índice de Regularização Fundiária de Terras Indígenas	71,42%	R\$ 606,57 milhões
Aumentar o compartilhamento, aplicação e geração de conhecimentos técnico-científicos para superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal	Impacto econômico em R\$ das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade	R\$ 97,9 bilhões	R\$ 225,46 milhões
Viabilizar as iniciativas para a transformação ecológica da economia brasileira, visando o crescimento econômico sustentável, com crescimento de produtividade, aumento de renda, redução do impacto ambiental e distribuição de renda	Percentual de alocação dos recursos em montante equivalente aos títulos públicos soberanos sustentáveis em despesas ambientais e sociais	50%	R\$ 28,23 milhões
Ampliar Gestão de Riscos e Desastres	Proporção dos municípios nas faixas “Alta” e “Intermediária Avançada” do Índice de Capacidade Municipal na Gestão de Riscos e de Desastres	43,36%	R\$ 29,80 milhões
Aprimorar os usos múltiplos da água e os serviços hídricos, observando a eficiência e a sustentabilidade, ampliando o conhecimento sobre recursos hídricos, minimizando os riscos e ocorrências de conflitos	Nível de stress hídrico: proporção das retiradas de água doce em relação ao total dos recursos de água doce disponíveis	2,11%	R\$ 99,94 milhões



Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA	PLOA 2027 (em reais)
Contribuir para a redução do desmatamento por meio de ações policiais preventivas e repressivas de proteção da Amazônia Legal	Redução da área desmatada na Amazônia Legal, à razão do redutor anual de 20%, 35%, 50% e 65% para o quadriênio 2024/2027 considerando o índice de desmatamento PRODES/INPE 2022	4.060 km ²	R\$ 438,56 milhões
Prevenir e controlar o desmatamento e a degradação da vegetação nativa no Brasil	Percentual de redução da área total de vegetação nativa suprimida por ano e por bioma	20%	R\$ 242,73 milhões
Prevenir e controlar os incêndios em vegetação nativa	Área protegida com o manejo integrado do fogo implementado	215.000 km ²	R\$ 114,81 milhões
Promover a recuperação de florestas e demais formas de vegetação nativa em todos os biomas brasileiros	Área de cobertura vegetal nativa em recuperação	3.400.000 ha	R\$ 25,25 milhões
Ampliar e consolidar a proteção, a conservação e a conectividade dos ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos, em especial por meio de áreas protegidas	Percentual do território terrestre e marinho protegido	22%	R\$ 6,40 milhões



Educação Básica

R\$ 16,21 bilhões

Previsões indicativas de continuidade

2028	R\$ 18,66 bilhões
2029	R\$ 19,31 bilhões
2030	R\$ 19,89 bilhões



Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA	PLOA 2027 (em reais)
Promover as iniciativas de Popularização da Ciência & Tecnologia e Educação Científica no país	Número de iniciativas de Popularização da Ciência & Tecnologia e Educação Científica disponibilizadas à população	2.146 unidades	R\$ 22,92 milhões
Garantir, por meio do regime de colaboração com os entes federativos, a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e a recomposição das aprendizagens na alfabetização do 3º ao 5º ano dessa etapa	Percentual de estudantes alfabetizados ao final do 2º Ano do ensino fundamental	70,97%	R\$ 547,63 milhões
Prestar assistência financeira, técnica e material às escolas das redes públicas da educação básica, por meio de programas suplementares de educação, fortalecendo os critérios equitativos desses programas de forma a reduzir a desigualdade entre os sistemas educacionais, promovendo a equidade, valorizando a diversidade e considerando as especificidades locais e dos estudantes	Percentual de municípios atendidos por pelo menos quatro dos seguintes programas do FNDE: PAR, Pnate, PDDE, PNAE e PNLD	96%	R\$ 10,35 bilhões
Apoiar técnica, pedagógica e financeiramente a rede física escolar da educação básica pública para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e mobiliário, garantindo condições adequadas de funcionamento, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas surdas, a educação de jovens e adulto	Percentual de entes apoiados para infraestrutura em relação ao total de entes federados	45%	R\$ 3,20 bilhões
Fortalecer a educação escolar indígena em todos os níveis e modalidades	Número de ações e projetos voltados à educação escolar indígena	95 unidades	R\$ 59,30 milhões



Saúde: Atenção Primária e Especializada

R\$ 53,61 bilhões

Previsões indicativas de continuidade

2028	R\$ 53,22 bilhões
2029	R\$ 58,16 bilhões
2030	R\$ 62,54 bilhões



Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA	PLOA 2027 (em reais)
Reduzir as filas de espera de procedimentos eletivos de atenção especializada em saúde, visando promover a ampliação de acesso em tempo oportuno	Taxa de expansão nacional da oferta de cirurgias eletivas na Atenção Especializada à Saúde, com relação ao ano-base 2022	35%	R\$ 22,91 bilhões
Expandir o acesso e a cobertura da Estratégia Saúde da Família, priorizando áreas de vulnerabilidade social, inclusive ribeirinhas e quilombolas, com provimento de profissionais e cuidado interprofissional	Cobertura populacional estimada da Atenção Primária à Saúde	80%	R\$ 19,41 bilhões
Ampliar a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS) com investimento em obras, equipamentos e materiais permanentes, visando prover condições adequadas para o trabalho em saúde na Atenção Primária	Número de Unidades Básicas de Saúde (UBS) estruturadas com investimento em obras, equipamentos e materiais permanentes	42.525	R\$ 81,71 milhões
Ampliar as coberturas vacinais da população, em especial do calendário infantil	Percentual de municípios com cobertura adequada (95%) das vacinas: penta(DTP/HepB/Hib) - PENTA; polio injetável - VIP; e pneumo 10 - VPC10, sarampo, caxumba, rubéola - SCR, em crianças de até 1 ano d	50%	R\$ 11,22 bilhões



Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

R\$ 22,23 bilhões

Previsões indicativas de continuidade

2028	R\$ 23,89 bilhões
2029	R\$ 24,57 bilhões
2030	R\$ 25,32 bilhões

Objetivo Específico	Indicador do Objetivo	Meta do PPA	PLOA 2027 (em reais)
Promover a qualificação social e profissional	Número de beneficiados pelas políticas de qualificação social e profissional	507.000 unidades	R\$ 193,19 milhões
Aumentar a formalização do vínculo de emprego por meio de ações da inspeção do trabalho	Taxa de formalização dos empregados encontrados em situação de registro irregular	25%	R\$ 140,35 milhões
Combater a exploração do trabalho análogo ao escravo e do tráfico de pessoas	Número de ações fiscais de combate ao trabalho análogo ao de escravo e ao tráfico de pessoas	1.650 unidades	R\$ 32,47 milhões
Promover a estruturação e a qualidade dos destinos turísticos, fomentando a cadeia produtiva do turismo	Número de empregos formais no setor de turismo	2.605.468 pessoas	R\$ 818,04 milhões
Ampliação dos investimentos em P&D	Incremento dos Investimentos em P&D nos Setores de Defesa, Aeronáutico e Espacial	10%	R\$ 3,33 bilhões
Ampliar a produção nacional da indústria e de serviços, em bases sustentáveis, com maior valor agregado, intensidade tecnológica e inovação	Índice sintético de produção industrial de alta e média-alta intensidade tecnológica	103,112	R\$ 4,50 milhões
Promover o aumento e a melhoria da inserção comercial do país	Corrente de comércio a preços constantes (US\$ Bilhões a preços de 1998)	US\$ 352 bilhões	R\$ 55,30 milhões
Ampliar o desenvolvimento, a competitividade e a longevidade de MEs, EPPs e MEIs, bem como a inclusão socioprodutiva por meio do empreendedorismo	Índice de produtividade das MEs, EPPs e MEIs com base nas informações prestadas para fins de arrecadação e E-social	R\$ 24,8/ (hora de trabalho*posto de trabalho)	R\$ 266,28 milhões



Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

Estruturar políticas penais que possibilitem a reintegração social de pessoas privadas de liberdade, de pessoas egressas do sistema penitenciário e daquelas em cumprimento de medidas alternativas ao encarceramento

Pessoas atendidas nas diferentes políticas penais: trabalho, educação, atenção à pessoa egressa do sistema prisional, alternativas penais e monitoração eletrônica

890.814
unidades

R\$ 90,63
milhões

Estimular o desenvolvimento, a inovação e a produção local de tecnologias, serviços e conectividade, por meio do fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), de forma a promover a redução da vulnerabilidade tecnológica do SUS, a ampliação do acesso a saúde e fortalecer a soberania nacional

Número de projetos e instrumentos voltados para o desenvolvimento, inovação e produção local formalizados

85 unidades

R\$ 1,75
bilhão

Fortalecer as capacidades militares do Exército Brasileiro para a defesa do território

Índice de execução dos Programas e Projetos do Exército Brasileiro

70%

R\$ 3,33
bilhões

Fortalecer as capacidades militares da Aeronáutica para defender o espaço aéreo brasileiro

Percentual de execução dos programas e projetos da Aeronáutica

71,36%

R\$ 4,66
bilhões

Fortalecer as capacidades militares da Marinha do Brasil para controlar e defender as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB)

Índice de execução dos programas e projetos da Marinha do Brasil

77%

R\$ 4,86
bilhões



Novo Programa de Aceleração do Crescimento Novo PAC

R\$ 102,11 bilhões

Previsões indicativas de continuidade

2028	R\$ 99,34 bilhões
2029	R\$ 94,28 bilhões
2030	R\$ 90,35 bilhões

O Novo PAC é um programa de investimentos que tem por objetivo acelerar o crescimento econômico do País, promovendo a inclusão social, a geração de emprego e renda e reduzindo as desigualdades sociais e regionais. O programa é uma parceria do Governo Federal com setor privado, estados, municípios e movimentos sociais. Para o ano de 2027, R\$ 102,11 bilhões são custeados com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 94,96 bilhões são financiados pelo Orçamento de Investimentos de Empresas Estatais.

Eixo	Subeixo	Empreendimento Novo PAC	PLOA 2027 em reais
Água para Todos	Abastecimento de Água	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água	R\$ 237,72 milhões
	Água Para Quem Mais Precisa	Acesso à Água para a Produção de Alimentos	R\$ 700,00 milhões
	Infraestrutura Hídrica	Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF	R\$ 711,10 milhões
Cidades sustentáveis e resilientes	Esgotamento Sanitário	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário	R\$ 223,00 milhões
	Gestão de Resíduos Sólidos	Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos	R\$ 49,00 milhões
	Minha Casa, Minha Vida	Minha Casa, Minha Vida	R\$ 8,25 bilhões
	Mobilidade Urbana Sustentável	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano	R\$ 1,19 bilhão
	Periferia Viva - Urbanização de Favelas	Apoio à urbanização de favelas	R\$ 303,00 milhões
	Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos Sujeitos a Eventos Recorrentes de Inundações, Enxurradas e Alagamentos	R\$ 667,24 milhões





Novo Programa de Aceleração do Crescimento Novo PAC

Eixo	Subeixo	Empreendimento Novo PAC	PLOA 2027 em reais
Educação, Ciência e Tecnologia	Educação Básica	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica e à Implantação de Escolas para Educação Infantil	R\$ 3,19 bilhões
	Educação Superior	Apoio à Consolidação e Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	R\$ 952,90 milhões
		Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	R\$ 625,34 milhões
	Inovação e Pesquisa	Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro	R\$ 569,00 milhões
Inclusão digital e conectividade	Conectividade de Escolas	Subvenção Econômica a Projetos de Expansão, de Uso e de Melhoria das Redes e dos Serviços de Telecomunicações (Lei nº 9.998, de 2000)	R\$ 30,00 milhões
	Infovias	Implantação de Infraestrutura de Comunicações	R\$ 53,21 milhões
	Inovação e Pesquisa	Implantação do Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica – LNMCB, por Organização Social	R\$ 150,00 milhões
	TV Digital	Evolução e Expansão dos Serviços de Radiodifusão	R\$ 24,00 milhões
Infraestrutura Social e Inclusiva	Cultura	Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas	R\$ 269,98 milhões
	Esportes	Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer	R\$ 200,00 milhões
	Segurança Pública com Cidadania	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade	R\$ 492,05 milhões



Novo Programa de Aceleração do Crescimento Novo PAC

Acompanhe a Execução do PAC

Conheça mais no

Subpainel do Novo PAC

[Painel do Orçamento Federal](#)

e no Site do Ministério do Planejamento e Orçamento os

[Relatórios de Execução](#)

[Orçamentário-Financeira - Novo PAC](#)

Eixo	Subeixo	Empreendimento Novo PAC	PLOA 2027 em reais
Inovação para indústria de defesa	Inovação para a Indústria da Defesa	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	R\$ 2,89 bilhões
		Aquisição de Blindados Guarani	R\$ 1,02 bilhão
		Desenvolvimento de Sistemas de Tecnologia Nuclear da Marinha	R\$ 1,43 bilhão
Saúde	Atenção Primária	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	R\$ 356,71 milhões
	Complexo Industrial da Saúde	Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde	R\$ 378,85 milhões
	Atenção Especializada	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	R\$ 7,05 bilhões
Transição e Segurança Energética	Pesquisa Mineral	Pesquisa Mineral - Novo PAC	R\$ 281,61 milhões
Transporte eficiente e sustentável	Aeroportos	Desenvolvimento da Aviação Civil	R\$ 45,27 milhões
	Ferrovias	Participação da União em projetos de concessões ferroviárias outorgadas à iniciativa privada	R\$ 350,00 milhões
	Hidrovias	Construção do Porto de Manaus Moderna	R\$ 200,00 milhões
	Portos	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	R\$ 586,86 milhões
	Rodovias	Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais	R\$ 7,17 bilhões
	Rodovias/Ferrovias	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	R\$ 586,86 milhões

Agendas Transversais



O que são Agendas Transversais?

Um país com as proporções continentais e a diversidade do Brasil e seus 212 milhões de habitantes enfrenta uma série de questões sociais, econômicas e ambientais complexas. Esse é caso das desigualdades de gênero e raça/etnia, das vulnerabilidades sociais em povos indígenas e em crianças e adolescentes, e das mudanças climáticas. Muitas vezes, a solução para essas questões depende da atuação integrada de diferentes órgãos da administração pública federal.

Visando ampliar a transparência quanto às despesas programadas pelo Governo Federal para o enfrentamento dos problemas complexos anteriormente mencionados, o PPA 2024-2027 (Lei nº 14.802/2024) define cinco Agendas Transversais: Mulheres, Crianças e Adolescentes, Igualdade Racial, Povos Indígenas e Meio Ambiente. No PPA, as Agendas Transversais identificam os programas, objetivos específicos, indicadores e metas associados aos públicos e temas referidos. No PLOA e LOA, as Agendas Transversais identificam as ações orçamentárias que beneficiam tais públicos e temas. O Poder Executivo Federal apresenta as Agendas Transversais como anexo do PLOA encaminhado ao Congresso Nacional.





Mulheres

R\$ 62,97 bilhões

R\$ 2,20 bilhão

R\$ 60,77 bilhões

Gastos exclusivos

Gastos não exclusivos

Previsões indicativas de continuidade

2028

R\$ 68,42 bilhões

2029

R\$ 73,94 bilhões

2030

R\$ 79,06 bilhões

*Presidência da República, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério das Comunicações, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Esporte, Ministério da Defesa, Ministério das Mulheres e Ministério da Igualdade Racial

A Agenda Transversal Mulheres reúne programações orçamentárias em políticas públicas que visam à garantia de direitos às mulheres, ao enfrentamento das manifestações das desigualdades de gênero em nossa sociedade, ao atendimento das necessidades específicas das mulheres e/ou que têm mulheres como público beneficiário. Assim, contabiliza tanto os gastos que beneficiam somente as mulheres (gastos exclusivos) como também os gastos que beneficiam as mulheres e outros públicos de políticas públicas (gastos não exclusivos).

Uma das políticas públicas presentes na Agenda Transversal Mulheres volta-se à prevenção e ao combate à violência contra as mulheres.

Órgão Responsável	Ação Orçamentária	Destaques	PLOA 2027 em reais
Diversos órgãos responsáveis*	Organização e Realização da Copa do Mundo de Futebol Feminino FIFA 2027	Financia ações voltadas à realização e a manutenção do legado esportivo material e imaterial da Copa do Mundo de Futebol Feminino FIFA 2027	R\$ 702,55 milhões
Ministério da Justiça e Segurança Pública	Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres	Financia políticas de acesso à justiça, segurança pública e garantia de direitos para atender mulheres em situação de violência e/ou vulnerabilidade social	R\$ 2,92 milhões
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania e o Bem Viver de Mulheres Rurais	Promove cidadania; estrutura equipamentos de cuidados e apoia organizações, qualificação, autonomia e inclusão produtiva de mulheres rurais, agricultoras urbanas e periurbanas	R\$ 38,21 milhões
Ministério da Defesa	Mobilização para o Serviço Militar Inicial	Financia a adequação das instalações militares para o Serviço Militar Inicial Feminino	R\$ 8,10 milhões
Ministério das Mulheres	Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira	Apoio à construção, equipagem, reforma e implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira	R\$ 80,41 milhões
Ministério das Mulheres	Promoção da Igualdade de Direitos e da Autonomia Econômica das Mulheres	Financia ações para autonomia econômica e equidade de gênero e raça, qualificação profissional, fortalecimento da Política Nacional de Cuidados e combate à pobreza entre mulheres	R\$ 35,59 milhões





Crianças e Adolescentes

R\$ 96,98 bilhões

R\$ 93,73 bilhões

R\$ 3,25 bilhões

Gastos exclusivos

Gastos não exclusivos

Previsões indicativas de continuidade

2028

R\$ 102,64 bilhões

2029

R\$ 109,05 bilhões

2030

R\$ 115,64 bilhões



A Agenda Transversal Crianças e Adolescentes reúne programações orçamentárias em políticas públicas que visam à garantia de direitos, ao enfrentamento das vulnerabilidades sociais e ao atendimento das necessidades específicas de crianças e adolescentes.

Contabiliza tanto os gastos que beneficiam somente as crianças e os adolescentes (gastos exclusivos) como também os gastos que beneficiam as crianças e os adolescentes e outros públicos de políticas públicas (gastos não exclusivos).

Órgão Responsável	Ação Orçamentária	Destaques	PLOA 2027 em reais
Ministério da Educação	Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil	Financia a Implantação de Escolas para Educação Infantil, a fim de garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas	R\$ 1,47 bilhão
Ministério da Educação	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial	Financia o funcionamento da educação básica no Instituto Nacional de Educação de Surdos e Instituto Benjamin Constant	R\$ 43,50 milhões
Ministério da Educação	Integralização de cotas pela União em Fundo Privado com o Objetivo de Custear e Gerir Poupança de Incentivo à Permanência e Conclusão Escolar para Estudantes do Ensino Médio	Financia o incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público (Pé de Meia)	R\$ 10,53 bilhões
Ministério do Trabalho e Emprego	Concessão de Auxílio-Financeiro	Financia o pagamento do auxílio financeiro ou salário-aprendiz ao estudante matriculado em curso oferecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego	R\$ 3,80 milhões
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Financia políticas de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos e os Conselhos de Direitos e Tutelares	R\$ 92,52 milhões



Igualdade Racial

R\$ 813,15 milhões

R\$ 675,57 milhões R\$ 137,58 milhões

Gastos exclusivos Gastos não exclusivos

Previsões indicativas de continuidade

2028 R\$ 843,41 milhões

2029 R\$ 863,39 milhões

2030 R\$ 883,54 milhões

A Agenda Transversal Igualdade Racial reúne programações orçamentárias em políticas públicas que visam à garantia de direitos e o atendimento das necessidades específicas das pessoas negras, quilombolas, das comunidades tradicionais de matriz africana, dos povos de terreiros e povos ciganos e ao enfrentamento ao racismo.

Contabiliza os gastos exclusivos que beneficiam somente o público específico e gastos não-exclusivos que incluem outros beneficiários.

Órgão Responsável	Ação Orçamentária	Destaques	PLOA 2027 em reais
Ministério da Saúde	Implantação, ampliação ou melhoria de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em pequenas comunidades rurais (localidades de pequeno porte) ou em comunidades tradicionais (remanescentes de quilombos)	Financia a implementação de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte para melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e de saúde pública	R\$ 160,00 milhões
Ministério da Cultura	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	Financia o reconhecimento e preservação de manifestações culturais afro-brasileiras e atividades para o desenvolvimento sustentável das comunidades remanescentes de quilombos, tradicionais e de terreiros	R\$ 76,75 milhões
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Identificação, Reconhecimento e Titulação de Territórios Quilombolas	Financia a regularização fundiária de territórios quilombolas, ações do Cadastro Ambiental Rural e seleção de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e titulação territorial	R\$ 324,04 milhões
Ministério da Igualdade Racial	Monitoramento, aperfeiçoamento, articulação e estruturação de políticas de promoção da igualdade racial no âmbito do SINAPIR	Financia a ampliação da capacidade do Estado de formular, implementar, monitorar e avaliar políticas permanentes de enfrentamento ao racismo e de redução das desigualdades étnico-raciais	R\$ 37,58 milhões





Povos Indígenas

R\$ 5,27 bilhões

R\$ 4,99 bilhões **R\$ 287,25 milhões**

Gastos exclusivos Gastos não exclusivos

Previsões indicativas de continuidade

2028 **R\$ 7,16 bilhões**

2029 **R\$ 7,45 bilhões**

2030 **R\$ 7,75 bilhões**

A Agenda Transversal Povos Indígenas reúne programações orçamentárias em políticas públicas que visam à garantia de direitos de pessoas e comunidades indígenas, ao enfrentamento das vulnerabilidades sociais que incidem sobre indígenas, ao atendimento das necessidades específicas de indígenas e/ou que têm indígenas como público beneficiário.

As Programações orçamentárias relacionadas a essas políticas públicas no PLOA 2027 são:

Órgão Responsável	Ação Orçamentária	Destaques	PLOA 2027 em reais
Ministério da Justiça e Segurança Pública	Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção	Financia ações de segurança em terras indígenas pela Polícia Rodoviária Federal, em cumprimento à ADPF 709	R\$ 630,52 milhões
Ministério da Saúde	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena	Financia ações de atenção à saúde dos povos indígenas	R\$ 3,83 bilhões
Ministério dos Povos Indígenas	Regularização Fundiária, Proteção e Gestão dos Territórios Indígenas	Financia a proteção e a gestão territorial e ambiental das terras indígenas, o etnodesenvolvimento, a segurança alimentar, a geração de renda, o manejo sustentável dos recursos naturais e a mediação de conflitos socioambientais	R\$ 251,38 milhões
Ministério dos Povos Indígenas	Direitos Pluriétnico-Culturais e Sociais dos Povos Indígenas	Financia a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas por meio de ações de direitos sociais e à cidadania e preservação cultural dos povos indígenas	R\$ 57,80 milhões





Meio Ambiente

R\$ 87,98 bilhões

R\$ 58,28 bilhões

R\$ 29,70 bilhões

Gastos exclusivos

Gastos não exclusivos

Previsões indicativas de continuidade

2028

R\$ 91,96 bilhões

2029

R\$ 92,41 bilhões

2030

R\$ 92,73 bilhões

A Agenda Transversal Meio Ambiente reúne programações orçamentárias em políticas públicas que visam ao enfrentamento da degradação ambiental e das mudanças climáticas e/ou que as têm como um de seus objetivos. Sendo assim, contabiliza gastos com finalidade principal ou secundária de conservação dos recursos naturais; de melhoria da qualidade ambiental (ar, água e solos); de enfrentamento da emergência climática; e de transição para uma economia de baixo carbono, como os processos produtivos sustentáveis e o desenvolvimento da bioeconomia.

Órgão Responsável	Ação Orçamentária	Destaques	PLOA 2027 em reais
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)	Financia sistemas nacionais de monitoramento da cobertura da terra, do risco e da ocorrência de fogo na vegetação, gerando mapas e alertas sobre desmatamento, degradação, regeneração, focos de calor, incêndios e áreas queimadas nos biomas brasileiros	R\$ 8,85 milhões
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Ações de Proteção e Defesa Civil: Resposta e Recuperação	Financia ações de proteção e defesa civil	R\$ 1,50 bilhão
Operações Oficiais de Crédito	Apoio Financeiro Reembolsável mediante Financiamento e outros Instrumentos Financeiros para Projetos de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima	Financia empreendimentos de mitigação e adaptação à mudança do clima, por meio do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC)	R\$ 54,67 bilhões





Ação Transversal

R\$ 622,54 bilhões

Gastos não exclusivos

Previsões indicativas de continuidade

2028	R\$ 658,54 bilhões
2029	R\$ 698,10 bilhões
2030	R\$ 743,14 bilhões

Quando a ação orçamentária beneficia simultaneamente mais de um público e/ou tema das cinco Agendas Transversais, ela é categorizada como Ação Transversal.

A ampliação da categoria da Ação Transversal no PLOA 2027 reflete o avanço no reconhecimento da interseccionalidade dos problemas complexos de políticas públicas, isto é, na confirmação de que os eixos de desigualdades que estruturam a sociedade brasileira resultam em uma diversidade de vivências, experiências e necessidades de mulheres, crianças e adolescentes, pessoas negras, quilombolas e indígenas que precisa ser considerada na atuação do Estado e expresso no orçamento.

Agenda	Órgão Responsável	Ação Orçamentária	PLOA 2027 em reais
Crianças e Adolescentes; Mulheres	Agência Nacional de Proteção de Dados	Gestão e Fiscalização da Proteção de Dados e Direitos no Ambiente Digital	R\$ 2,67 milhões
Crianças e Adolescentes; Mulheres; Povos Indígenas; Igualdade Racial	Ministério do Trabalho e Emprego	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	R\$ 75,00 milhões
Crianças e Adolescentes (inclui Primeira Infância); Igualdade Racial; Meio Ambiente; Mulheres; Povos Indígenas	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - Bolsa Verde	R\$ 320,00 milhões



Ação Transversal

Agenda	Órgão Responsável	Ação Orçamentária	PLOA 2027 em reais
Crianças e Adolescentes; Igualdade Racial; Mulheres; Povos Indígenas	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Transferência Direta e Condicionada de Renda às Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família	R\$ 155,84 bilhões
Crianças e Adolescentes; Mulheres; Meio Ambiente	Ministério das Cidades	Integralização de cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR	R\$ 5,56 bilhões
Crianças e Adolescentes; Igualdade Racial; Meio Ambiente; Mulheres; Povos Indígenas	Advocacia Geral da União - AGU	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais	R\$ 605,35 milhões

Dúvidas e sugestões sobre o **Orçamento Cidadão?**

Fale Conosco!



setra.sof@planejamento.gov.br

